Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como "controladora", "SLC" ou "Companhia", e suas controladas têm como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades.

A Companhia está sediada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Na safra 2010/11, iniciada em 1º de setembro de 2010, a Companhia operou com onze unidades de produção, com uma área plantada total de 226,6 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros, localizadas em cinco estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão. Em 31 de dezembro de 2011, as colheitas de soja e milho já estavam concluídas e o algodão estava em fase de beneficiamento.

Em 1º de setembro de 2011, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2011/2012, operando com doze unidades de produção, com uma área plantada total de 250,2 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Certos valores de impostos a pagar, na controladora, relativo a 2010, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para a rubrica de obrigações sociais, para adequá-los às respectivas alocações destas transações no exercício de 2011. Adicionalmente, a Companhia passou a apresentar o imposto de renda e contribuição social diferidos por seus valores líquidos, tendo o saldo do ativo de 2010 no valor de R\$59.400 (R\$71.831 no consolidado) reclassificado para o passivo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 19 de marco de 2012.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Reconhecimento da receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.2.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas não têm valores sobre os quais necessitem constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista não haver qualquer expectativa de perda em relação às contas a receber.

2.6 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas são mensurados ao seu valor justo quando atingem o ponto de colheita, também denominada "pré-colheita". Até esta data os custos incorridos são considerados a melhor e mais confiável base para a determinação do valor justo do ativo biológico.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, almoxarifado e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Estoques--Continuação

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

2.7 Ativo Biológico

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja, milho, algodão, trigo e café, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Até esta data, o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos".

Os ativos biológicos - soja, milho, algodão e trigo - são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré colheita, quando são avaliados pelo valor justo.

O ativo biológico "plantação de café" é composto pelo custo de formação da cultura e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo desse ativo biológico seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos são utilizadas as seguintes premissas:

i) Valorização:

- Plantações de café são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda; e
- Plantações de soja, milho, algodão e trigo são mantidas ao custo histórico até a data da pré colheita, quando são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Ativo Biológico--Continuação

- ii) Metodologia utilizada:
 - Plantações de café projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento desses ativos biológicos; e
 - Plantações de soja, milho, algodão e trigo valorização de cada área de cultivo, nas datas da pré colheita, com base na área a ser colhida e na produtividade esperada.
- iii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde aproximadamente a 9% a.a., o qual é revisada periodicamente pela Administração. Os preços futuros foram estimados com base em cotação futura (Nybot) e os custos com base em bussines plan da Companhia. O tempo de vida médio dos pés de café considerados no estudo é de 15 anos.
- iv) Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- v) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

2.8 Investimentos (controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.9 Imobilizado

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito a seguir.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Imobilizado--Continuação

	Taxas médias anuais ponderadas de depreciação
Correção e desenvolvimento do solo	20,0%
Prédios e benfeitorias	2,9%
Móveis e utensílios	10,0%
Equipamentos e instalações de escritório	13,3%
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	6,7%
Veículos	9,1%
Culturas permanentes	9,0%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

Software Taxas anuais de amortização
20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente.

2.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há ativos e passivos que requereram o ajuste a valor presente.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros-Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Os Governos dos Estados do Mato Grosso do Sul por intermédio do Decreto nº 9.542/99 e do Mato Grosso, por intermédio do Decreto nº 1.261/00, concederam incentivos para diferimento de débitos de ICMS através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação).

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto no 9.716/99, de Mato Grosso através do decreto no 1.589/97 e de Goiás através da Lei Estadual no 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 50% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa PROALMAT (Mato Grosso) e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). Os créditos presumidos são registrados ao resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Subvenções governamentais--Continuação

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (atual Agência do Desenvolvimento da Amazônia – ADA), por intermédio do Ato Declaratório DCI/DAI/SUDAM nº 025/2000, concedeu incentivo fiscal de IRPJ às Fazendas Parnaíba e Planorte, com redução do IRPJ e adicionais não restituíveis de 75% sobre o lucro da exploração das operações com algodão e caroço de algodão, até o limite de produção estipulado no Ato Declaratório. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de IRPJ a Recolher em contrapartida a resultado na rubrica de imposto de renda corrente.

2.14 Dividendos

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêem que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Desta forma, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído.

2.15 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

São demonstrados no circulante, de acordo com a previsão de sua liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, e consideram os benefícios de incentivo fiscal mencionados na nota 2.13.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Impostos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada e estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

 Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do tem de despesa, conforme o caso;

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Impostos--Continuação

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural	2,85%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

2.16 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros da companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de "valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". A mensuração subseqüente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente --Continuação

Ativos Financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente --Continuação

Ativos Financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Passivos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente --Continuação

Passivos Financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subseqüentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: hedge de valor justo, de fluxo de caixa e de investimentos no exterior.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas possuíam apenas operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa. Hedge de fluxo de caixa são os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variação no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual se deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

2.17 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Valor justo de instrumentos financeiros--Continuação

Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

2.17 Arrendamentos mercantis

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados na rubrica de alugueis e leasing em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em conseqüência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Pagamento baseado em ações

A Companhia possui Plano de Opções de Ações para diretores e gerentes da Companhia, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10. Detalhamento dos programas da Companhia se encontram na Nota 22.

2.20 Lucro por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.21 Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.22 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a o pronunciamento contábil CPC 03(R) (IAS 7) — Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração de valor adicionado é apresentada de forma suplementar, em atendimento à legislação societária brasileira.

2.24 Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, algodão e café) a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.25 Novos pronunciamentos

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2012 ou 2013. A Companhia não adotou antecipadamente estes pronunciamentos. Espera-se que tais pronunciamentos sejam avaliados e aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando então serão implementados pela Companhia, no que for aplicável. Segue abaixo a avaliação da Companhia destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 12 Imposto de Renda Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo de acordo com o IAS 40. A companhia não tem ativos classificados nesta categoria.
- IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) —
 Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece
 no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de
 controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em
 separado. A Companhia iniciará um processo de avaliação para
 identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas
 demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a
 administração não espera impactos relevantes.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) – A Companhia não tem investimentos em associadas ou joint ventures.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

2.25 Novos pronunciamentos--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros Classificação e Mensuração A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo: controle sobre a atividade relevante). A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.
- IFRS 11 Investimentos compartilhados ("joint arrangements") Descreve a contabilização de investimentos com controle comum. A Companhia não tem investimentos compartilhados.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.25 Novos pronunciamentos--Continuação

- IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades Introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, joint-ventures, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
- IFRS 13 Mensuração do valor justo Fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

3.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

3.2 Estimativas e premissas--Continuação

(i) Transações com Pagamentos Baseados em Ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22.

(ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferencas entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

3.2 Estimativas e premissas--continuação

(iii) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iv) Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

- (v) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota 2.12);
- (vi) Valor justo de ativos biológicos (Nota 2.7);
- (vii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 2.17).

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Empresas	Controladas diretas%	Controladas indiretas%	Atividade principal	Localização
•			•	
Fazenda Planorte			Cultura de algodão, soja e	Mato Grosso -
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100	-	milho.	MT
Fazenda Paiaguás			Cultura de algodão, soja e	Mato Grosso –
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100	-	milho.	MT
Fazenda Parnaíba			Cultura de algodão, soja e	Maranhão –
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100	-	milho.	MA
SLC Empreendimentos e			Arrendamento de terras de	Rio Grande do
Agricultura Ltda.	85,04	14,96	cultura.	Sul – RS
			Cultura de algodão, soja e	Mato Grosso -
SLC Agrícola Pejuçara Ltda.	86,93	13,07	milho.	MT
			Compra e venda,	
SLC LandCo Empreendimentos			arrendamento, construção e	Rio Grande do
Agrícolas Ltda.	-	100	administração de imóveis.	Sul – RS
			Compra e venda,	
Fazenda Planeste			arrendamento, construção e	Rio Grande do
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100	administração de imóveis.	Sul – RS
			Compra e venda,	
Fazenda Piratini			arrendamento, construção e	Rio Grande do
Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	100	administração de imóveis.	Sul – RS
			Compra e venda,	
Fazenda Panorama			arrendamento, construção e	Rio Grande do
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	_	100	administração de imóveis.	Sul – RS

O período das informações anuais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

A conciliação do lucro líquido do exercício entre controladora e consolidado é assim resumida:

2011

2010

	2011	2010
Lucro líquido do período – Controladora Ganhos (perdas) não realizados com instrumentos de	154.617	62.368
hedge, líquidos dos efeitos tributários	5.375	(3.755)
Lucro líquido do período - Consolidado	159.992	58.613

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

As transações que geram diferenças entre o lucro líquido da controladora e o lucro líquido do consolidado referem-se a ganhos ou perdas não realizados com operações de *hedge* contratados pela controladora ou controladas, com a finalidade de proteção das operações consolidadas e não necessariamente na Companhia que contratou o instrumento. Diante desta situação, o resultado da inefetividade é lançado contra o resultado do exercício na Companhia contratante, no entanto, quando analisado em termos consolidados, a operação se configura como hedge accounting, tendo seus efeitos registrados na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido consolidado. Os instrumentos contratados são NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados como "*Hedge de Fluxo de Caixa*" com a finalidade de proteção consolidada de vendas futuras. Estas operações são contratadas com base em projeções futuras de vendas consolidadas que apresentam efetividade entre 80% – 125%.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consol	idado
Modalidade	Rendimentos	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades	-	23.110	537	46.314	725
CDB-DI	100,84% do CDI*	20.092	61.366	39.819	67.368
Operação compromissada	101,25% do CDI*	34.072	30.956	42.952	41.747
Fundo de Investimento CP	98,20% do CDI*	969	=	969	-
Outras aplicações	-	280	260	409	379
		78.523	93.119	130.463	110.219

^{*}Rendimento médio em 31 de dezembro de 2011.

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas (debêntures) e Fundos de Investimento de CP, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2011, não excedendo o valor de negociação.

6. Contas a receber

	Controladora		Conso	lidado
	2011	2010	2011	2010
Mercado interno	7.561	11.635	15.246	14.288
Mercado externo	21.011	16.894	39.089	31.323
Total	28.572	28.529	54.335	45.611

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam títulos a receber vencidos, portanto não registrando provisão para devedores duvidosos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Controladora Conso	
	2011	2010	2011	2010
Produtos agrícolas	119.533	53.809	173.895	82.536
Produtos agrícolas - custos de formação	88.025	47.286	125.229	62.984
Produtos agrícolas - ajuste ativo biológico	31.508	6.523	48.666	19.552
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos				
agrícolas	138.195	78.946	200.671	132.819
Adiantamentos a fornecedores	11.015	6.224	22.361	13.110
Outros estoques	10.801	8.035	14.907	10.757
Provisões para ajuste de estoque	(801)	-	(804)	-
Perdas em estoque	(319)	-	(614)	-
	278.424	147.014	410.416	239.222

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou provisão para ajuste a valor de mercado no valor de R\$ 801 (R\$ 804 no consolidado) e provisão para perdas em estoque no valor de R\$319 (R\$614 no consolidado), sendo a movimentação conforme segue:

Provisão Ajuste a Valor de Mercado:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-
Constituição de provisão	(4.987)	(7.259)
(-) Reversão de provisão	4.186	6.455
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(801)	(804)

Perdas em estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-
Constituição de provisão	(319)	(614)
(-) Reversão de provisão	=	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(319)	(614)

8. Ativo biológico

			Circulante				Não Circulante
	Soja	Algodão	Milho	Café	Outras Culturas	Total	Café
Saldo em 31 de dezembro de 2009	65.823	50.637	15.083	3.123	1.236	135.902	17.094
Gastos com Plantio	97.717	186.706	31.009	6.504	2.665	324.601	
Variação do valor justo Colheita do produto agrícola	(17.414) (101.448)	96.546 (274.399)	(5.203) (28.186)	1.125 (9.200)	2.413 (5.386)	77.467 (418.619)	677
Saldos em 31 de dezembro de 2010	44.678	59.490	12.703	1.552	928	119.351	17.771
Gastos com plantio	79.935	258.763	26.394	9.390	6.679	381.161	69
Variação do valor justo	27.439	84.820	4.624	14.075	856	131.814	(2.915)
Colheita do produto agrícola	(107.203)	(306.089)	(25.523)	(21.747)	(6.023)	(466.585)	14.925
Saldos em 31 de dezembro de 2011	44.849	96.984	18.198	3.270	2.440	165.741	

Controladora

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo biológico

Não Circulante Soja Algodão Milho Café Culturas Total Café Café		Consolidado						
Soja Algodão Milho Café Culturas Total Café Saldo em 31 de dezembro de 2009 117.314 62.587 17.710 3.036 1.142 201.789 17.094 Gastos com plantio 178.931 261.480 46.698 6.504 2.665 496.278 - Variação do valor justo (16.559) 150.005 1.504 1.125 2.413 138.488 677 Colheita do produto agrícola (178.427) (399.766) (52.554) (9.210) (5.386) (645.343) - Saldos em 31 de dezembro de 2010 101.259 74.306 13.358 1.455 834 191.212 17.771 Gastos com plantio 153.559 384.239 37.575 9.341 6.606 591.320 - Variação do valor justo 54.900 138.671 4.019 14.075 856 212.521 (2.846) Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -			Circulante					
Gastos com plantio 178.931 261.480 46.698 6.504 2.665 496.278 - Variação do valor justo (16.559) 150.005 1.504 1.125 2.413 138.488 677 Colheita do produto agrícola (178.427) (399.766) (52.554) (9.210) (5.386) (645.343) - Saldos em 31 de dezembro de 2010 101.259 74.306 13.358 1.455 834 191.212 17.771 Gastos com plantio 153.559 384.239 37.575 9.341 6.606 591.320 - Variação do valor justo 54.900 138.671 4.019 14.075 856 212.521 (2.846) Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -		Soja	Algodão	Milho	Café		Total	Café
Variação do valor justo (16.559) 150.005 1.504 1.125 2.413 138.488 677 Colheita do produto agrícola (178.427) (399.766) (52.554) (9.210) (5.386) (645.343) - Saldos em 31 de dezembro de 2010 101.259 74.306 13.358 1.455 834 191.212 17.771 Gastos com plantio 153.559 384.239 37.575 9.341 6.606 591.320 - Variação do valor justo 54.900 138.671 4.019 14.075 856 212.521 (2.846) Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -	Saldo em 31 de dezembro de 2009	117.314	62.587	17.710	3.036	1.142	201.789	17.094
Colheita do produto agrícola (178.427) (399.766) (52.554) (9.210) (5.386) (645.343) - Saldos em 31 de dezembro de 2010 101.259 74.306 13.358 1.455 834 191.212 17.771 Gastos com plantio 153.559 384.239 37.575 9.341 6.606 591.320 - Variação do valor justo 54.900 138.671 4.019 14.075 856 212.521 (2.846) Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -	Gastos com plantio	178.931	261.480	46.698	6.504	2.665	496.278	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010 101.259 74.306 13.358 1.455 834 191.212 17.771 Gastos com plantio 153.559 384.239 37.575 9.341 6.606 591.320 - Variação do valor justo 54.900 138.671 4.019 14.075 856 212.521 (2.846) Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -	Variação do valor justo	(16.559)	150.005	1.504	1.125	2.413	138.488	677
Gastos com plantio 153.559 384.239 37.575 9.341 6.606 591.320 - Variação do valor justo 54.900 138.671 4.019 14.075 856 212.521 (2.846) Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -	Colheita do produto agrícola	(178.427)	(399.766)	(52.554)	(9.210)	(5.386)	(645.343)	-
Variação do valor justo 54.900 138.671 4.019 14.075 856 212.521 (2.846) Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -	Saldos em 31 de dezembro de 2010	101.259	74.306	13.358	1.455	834	191.212	17.771
Colheita do produto agrícola (213.445) (454.613) (34.644) (21.650) (5.929) (730.281) -	Gastos com plantio	153.559	384.239	37.575	9.341	6.606	591.320	-
	Variação do valor justo	54.900	138.671	4.019	14.075	856	212.521	(2.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 96.273 142.603 20.308 3.221 2.367 264.772 14.925	Colheita do produto agrícola	(213.445)	(454.613)	(34.644)	(21.650)	(5.929)	(730.281)	-
	Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.273	142.603	20.308	3.221	2.367	264.772	14.925

Os saldos de culturas em formação estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas.

As culturas de soja, milho e algodão ocorrem, normalmente, nos seguintes períodos:

		Culturas	
Localização	Soja	Algodão	Milho
Costa Rica-MS	01/10 a 20/03	05/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Diamantino-MT	20/09 a 15/03	10/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Diamantino-MT	20/09 a 15/03	10/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Sapezal-MT	20/09 a 10/03	15/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Cristalina-GO	25/10 a 15/04	05/11 a 15/08	20/10 a 30/04
Tasso Fragoso-MA	25/10 a 05/04	15/12 a 10/08	01/12 a 15/05
Balsas-MA	15/10 a 30/03	20/12 a 15/08	10/12 a 10/07
Correntina-BA	01/11 a 25/04	Não planta	Não planta
Jaborandi-BA	01/11 a 25/04	20/11 a 10/08	Não planta
Barreiras-BA	01/11 a 25/04	20/11 a 10/08	Não planta
Coaceral-BA	01/11 a 25/04	Não planta	Não planta
	Costa Rica-MS Diamantino-MT Diamantino-MT Sapezal-MT Cristalina-GO Tasso Fragoso-MA Balsas-MA Correntina-BA Jaborandi-BA Barreiras-BA	Costa Rica-MS 01/10 a 20/03 Diamantino-MT 20/09 a 15/03 Diamantino-MT 20/09 a 15/03 Sapezal-MT 20/09 a 10/03 Cristalina-GO 25/10 a 15/04 Tasso Fragoso-MA 25/10 a 05/04 Balsas-MA 15/10 a 30/03 Correntina-BA 01/11 a 25/04 Jaborandi-BA 01/11 a 25/04 Barreiras-BA 01/11 a 25/04	Localização Soja Algodão Costa Rica-MS 01/10 a 20/03 05/12 a 15/08 Diamantino-MT 20/09 a 15/03 10/12 a 15/08 Diamantino-MT 20/09 a 15/03 10/12 a 15/08 Sapezal-MT 20/09 a 10/03 15/12 a 15/08 Cristalina-GO 25/10 a 15/04 05/11 a 15/08 Tasso Fragoso-MA 25/10 a 05/04 15/12 a 10/08 Balsas-MA 15/10 a 30/03 20/12 a 15/08 Correntina-BA 01/11 a 25/04 Não planta Jaborandi-BA 01/11 a 25/04 20/11 a 10/08 Barreiras-BA 01/11 a 25/04 20/11 a 10/08

9. Tributos a recuperar

	Contro	oladora	Consoli	idado
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda	7.310	14.855	21.725	23.206
Contribuição social	19	17	6.913	2.324
ICMS	21.007	12.808	27.990	17.539
COFINS	2.765	2.063	12.612	8.784
PIS	601	291	3.085	2.096
IRRF a recuperar	1.655	1.711	1.839	2.595
Outros	411	49	477	118
	33.768	31.794	74.641	56.662
(-) parcela classificada no circulante	(30.095)	(28.657)	(69.701)	(51.753)
Parcela não circulante	3.673	3.137	4.940	4.909

Imposto de renda e contribuição social

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, os quais serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar -- Continuação

ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A Administração da Companhia estima que os saldos existentes em 31 de dezembro de 2011 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

IRRF a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

10. Investimentos

	Contro	ladora	Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Participações em controladas	1.523.663	1.364.105	-	-	
Outras participações	121	100	367	488	
	1.523.784	1.364.205	367	488	

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão demonstrados no quadro a sequir:

	Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	SLC Agrícola Pejuçara Ltda.	SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda. (1) e (2)	2011	2010
Capital social Patrimônio líquido Lucro líquido do período	45.650 206.706 17.420	57.050 205.460 12.749	40.010 212.178 15.329	26.456 31.393 4.113	373.285 1.025.434 9.639		
Quantidade de ações/quotas do capital social Ações ordinárias (mil)	5.353	11.506	44.517	46.542	-		
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	86,93%	85,04%		
Saldos iniciais Perdas não realizadas com	191.156	196.511	198.187	12.453	765.798	1.364.105	1.294.221
instrumentos de hedge Integralização de capital Ganhos não realizados com	(1.870)	(3.480)	(6.650) -	(501) 11.560	103.467	(12.501) 115.027	(640) 40.470
instrumentos de hedge Ganhos (Perda) de capital em	-	-	-	-	-	-	1.311
Investimentos Resultado da equivalência	-	(320)	5.312	203	(5.433)	(238)	1.398
patrimonial Dividendos recebidos	17.420	12.749 -	15.329	3.575	8.197	57.270 -	37.345 (10.000)
Saldos finais	206.706	205.460	212.178	27.290	872.029	1.523.663	1.364.105

⁽¹⁾ O patrimônio líquido foi ajustado no valor de R\$12.989 e o lucro líquido no valor de R\$4.099, referentes a resultados não realizados entre as Companhias, líquido dos efeitos tributários.

⁽²⁾ A companhia possui controle de 100% da empresa SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda. através da controlada Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas S.A.

⁽³⁾ A companhia possui controle de 100% da empresa SLC Agrícola Pejuçara Ltda. através da controlada Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas S.A.

SLC Agrícola S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado bruto	Saldo em 2010	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Terras de cultura	13.000	-	(6.930)	-	6.070
Correção e desenvolvimento do solo	148.023	33.187	(17)	123	181.316
Prédios e benfeitorias	52.950	432	(10.697)	25.780	68.465
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	300.040	34.624	(19.516)	5.380	320.528
Veículos	14.605	2.988	(1.116)	(130)	16.347
Móveis e utensílios	6.673	676	(13)	102	7.438
Equipamentos e instalações de escritório	2.665	1.118	(155)	(3)	3.625
Culturas permanentes	-	93	(60)	109	142
Adiantamento a fornecedores	9.527	3.586	-	-	13.113
Obras em andamento	21.232	27.125	(5.110)	(31.361)	11.886
Total	568.715	103.829	(43.614)	-	628.930

Depreciação	Saldo em 2010	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Correção e desenvolvimento do solo	60.239	30.311	(538)	-	90.012
Prédios e benfeitorias	992	4.043	(70)	-	4.965
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	91.933	10.026	(8.451)	-	93.508
Veículos	5.956	2.578	(936)	-	7.598
Móveis e utensílios	1.519	502	(643)	-	1.378
Equipamentos e instalações de escritório	1.227	1.022	(51)	-	2.198
Total	161.866	48.482	(10.689)	-	199.659

Valor residual líquido	2010	2011
Terras de cultura	13.000	6.070
Correção e desenvolvimento do solo	87.784	91.304
Prédios e benfeitorias	51.958	63.500
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	208.107	227.020
Veículos	8.649	8.749
Móveis e utensílios	5.154	6.060
Equipamentos e instalações de escritório	1.438	1.427
Culturas permanentes	-	142
Adiantamento a fornecedores	9.527	13.113
Obras em andamento	21.232	11.886
Total	406.849	429.271

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Consolidado

Custo do imobilizado bruto	Saldo em 2010	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Terras de cultura	1.551.694	283.434	(6.933)	-	1.828.195
Correção e desenvolvimento do solo	225.592	45.914	(14)	124	271.616
Prédios e benfeitorias	160.524	1.975	(11.930)	35.901	186.470
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	505.172	36.897	(16.515)	10.287	535.841
Veículos	23.062	4.896	(1.995)	(255)	25.708
Móveis e utensílios	7.995	892	(19)	124	8.992
Equipamentos e instalações de escritório	7.671	1.306	(316)	(3)	8.658
Culturas permanentes	4.255	101	(118)	109	4.347
Adiantamento a fornecedores	12.102	3.089	-	-	15.191
Obras em andamento	32.071	36.374	(9.149)	(46.287)	13.009
Total	2.530.138	414.878	(46.989)	-	2.898.027

Depreciação	Saldo em 2010	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Correção e desenvolvimento do solo	101.466	41.605	-	-	143.071
Prédios e benfeitorias	22.309	8.075	(43)	-	30.341
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	151.209	18.593	(11.292)	-	158.510
Veículos	8.968	4.189	(1.437)	-	11.720
Móveis e utensílios	2.296	650	(914)	-	2.032
Equipamentos e instalações de escritório	2.264	839	(87)	-	3.016
Culturas permanentes	2.574	718	(3.292)	-	
Total	291.086	74.669	(17.065)	-	348.690

Valor residual líquido	2010	2011
Terras de cultura	1.551.694	1.828.195
Correção e desenvolvimento do solo	124.126	128.545
Prédios e benfeitorias	138.215	156.129
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	353.963	377.331
Veículos	14.094	13.988
Móveis e utensílios	5.699	6.960
Equipamentos e instalações de escritório	5.407	5.642
Culturas permanentes	1.681	4.347
Adiantamento a fornecedores	12.102	15.191
Obras em andamento	32.071	13.009
Total	2.239.052	2.549.337

Em 31 de dezembro de 2011 as obras em andamento estavam substancialmente representadas pela construção e reforma das unidades de armazenagem nas fazendas Planeste e Panorama no valor de R\$ 6.895, obras de infra-estrutura (benfeitorias, estradas, depósitos, etc.) no valor de R\$ 4.235, melhorias no prédio da algodoeira nas fazendas Palmares e Panorama no valor de R\$ 1.022 e pela unidade beneficiadora de grãos na fazenda Panorama no valor de R\$ 857, todas com previsão de término para os próximos 12 meses. O valor de juros que foram capitalizados às obras em andamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.022 (R\$ 1.420 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos de transações com partes relacionadas

	Ativo			Passivo			
-	Circulante	Não	Circulante		Circulante		
	Outras contas a receber	Mútuos a receber	Adiantamento para futuro aumento de capital	Arrenda- mentos a pagar	Outras contas a pagar	Mútuos a pagar	
Fazenda Planorte Emprendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	- 448	-	-	-	-	2.728	
Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	3.610 153	17.289 724		-	- -	-	
Fazenda Paiaguás Emprendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	142 450	5 3.788	<u>.</u>	- -	- -	- -	
SLC Agrícola Pejuçara Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	186 48	- -	- -	-	- -	4	
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	16.399 63	- -	1.347 18.180	5.350	- -	- -	
SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010		75 -	- -	-	-	-	
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	- -	1 -	- -	2.267	- -	- -	
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	- -	- -	- -	3.195	- -	- -	
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	- -	- -	Ī	467 -	- -	-	
Outras partes relacionadas Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	2 2	- -	Ī.	- -	141 -	- -	
Total. Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	20.339 1.164	17.370 4.512	1.347 18.180	5.929 5.350	141	2.732	

A Companhia e suas controladas mantém entre si contratos de mútuos, representados por conta corrente, cujo indexador é equivalente a 99% da variação nominal da taxa CDI-OVER, com vencimentos em prazos indeterminados.

A SLC Participações S.A. é o controlador final da companhia. Não há transações com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

A seguir demonstramos os valores das transações entre partes relacionadas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos de transações com partes relacionadas--Continuação

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos	Receitas Financeiras - Juros	Despesas Financeiras - Juros
Fazenda Planorte Emprendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	2.804	-	- 246	288 3	22 13
Fazenda Parnaíba Emprendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	2.377	- -	- 83	119 16	- 16
Fazenda Paiaguás Emprendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	1.390	- -	- -	413 5	- 21
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	- -	12.747 19.128	- -	- 376	- 507
SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	- -	- -	- -	5 -	- -
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010		2.312			- -
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	- -	3.709	- -		<u>-</u> -
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010		501 -		- -	- -
Total Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2010	6.571	19.269 19.128	- 329	825 400	22 557

b) Contrato de arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2007, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda e suas controladas por um período de 10 anos vencível, em 31 de dezembro de 2016, podendo ser revisado a qualquer tempo, caso ocorram alterações de mercado que inviabilizem o seu equilíbrio e onerem excessivamente uma das partes.

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho, sorgo, café, feijão e ervilha em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Contrato de arrendamento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 o preço do arrendamento pode ser assim demonstrado:

		Valor anual		
	Total de	do	Cotação da saca	
	hectares	arrendamento	de soja na região	
	arrendados	(a)	(b)	Valor
Fazenda Planalto	12.991,56	8,0	R\$ 43,91	R\$ 4.564
Fazenda Pamplona	12.423,32	7,0	R\$ 46,00	R\$ 4.000
Fazenda Planeste	13.305,57	8,0	R\$ 41,50	R\$ 4.417
Fazenda Panorama	9.675,55	9,5	R\$ 42,70	R\$ 3.925
Fazenda Piratini (c)	7.473,00	4,9	R\$ 41,00	R\$ 1.501
Fazenda Palmares	13.348,00	8,0	R\$ 43,97	R\$ 4.695
Fazenda Paiaguás	21.267,70	6,0	R\$ 39,00	R\$ 4.977
Fazenda Pejuçara	2.957,67	6,0	R\$ 39,00	R\$ 692
				R\$ 28.771

(a) Equivalentes em sacas de soja por hectare agricultável por ano-safra.

O preço do arrendamento é pago anualmente pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, a ser estabelecido pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

c) Honorários da administração

A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (estatutários e não estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica nas demonstrações do resultado e estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado			
-	2011	2010		
Pró-labore -	2.741	2.429		
Gratificações	716	516		
Plano de opções de ações - apropriadas no período	2.802	1.153		
	6.259	4.098		

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

⁽b) Preço médio da saca de soja na região de cada unidade, obtido na data-base de 31 de dezembro de 2011, em Reais.

⁽c) Conforme previsão contratual, os custos com o arrendamento incorrerão a partir do ano-safra 2011/2012.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxas médias	s anuais d	de juros				
	(%)		Controladora		Consolidado		
	Indexador	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Aplicados no Imobilizado							
Finame – BNDES	Pré e TJLP*	6.42%	6.53%	32.115	29.579	48.318	47.943
Fundos Constitucionais**	-	6,75%	7,31%	66.301	141.237	105.980	187.792
Aplicados no Capital de giro							
Crédito Rural	=	6,75%	6,75%	18.259	35.762	122.229	125.852
Fundos Constitucionais**	-	6,75%	7,23%	87.527	-	110.693	2.460
Capital de Giro - NCE		-	11,70%	-	17.575	-	17.575
·	US\$, Libor +						
Empréstimos Externos	Pré	2,80%	4,23%	247.183	67.971	252.811	67.971
			-	451.385	292.124	640.031	449.593
(-) Parcela classificada no ci	rculante			(235.065)	(153.340)	(384.735)	(260.117)
Parcela classificada no não	circulante		-	216.320	138.784	255.296	189,476

^{*} Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

<u>Finame – BNDES</u> – Linha de investimento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia ou da SLC Participações S.A. As amortizações são realizadas em base mensal, trimestral, semestral ou anual, e se darão entre os períodos de 16/01/2012 a 15/11/2021.

<u>Fundos Constitucionais</u> – Linha de investimento e capital de giro do Fundo do Nordeste (FNE) e do Fundo do Centro-Oeste (FCO). São garantidos por avais da Companhia ou da SLC Participações S.A., e, em algumas operações, por penhor e por hipoteca de terras. A periodicidade das suas amortizações é anual ou semestral, com vencimentos entre os períodos de 01/03/2012 a 01/06/2016.

<u>Crédito Rural</u> – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A., e, em algumas operações, pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 18/05/2012 e 24/09/2012.

Empréstimos Externos – Financiamento das exportações de longo-prazo: NCE (Nota de Crédito de Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação), periodicidade das suas amortizações é anual ou semestral, vencimento final em 15/01/2016. Garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A. com hipoteca de terras ou "clean". Estes contratos preveem o cumprimento de certos compromissos ("covenants") aprovados pela SLC Agrícola (Liquidez Corrente, Participação de Capital de Terceiros, Dívida Financeira Líquida sobre o Ebitda e Liquidez de Caixa). Financiamento das exportações de curto-prazo: ACC (Adiantamento Contrato de Câmbio), garantidos por aval da SLC Participações S.A., periodicidade mensal. O vencimento final está programado para a data de 26/03/2012.

^{**} Para o cálculo do custo médio dos Fundos Constitucionais consideramos desconto 15% relativo ao bônus de adimplência incidente nessas operações.

^{***} Libor (London interbank Offer Rate): Taxa de Juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

<u>Capital de Giro – NCE</u> – Recursos captados via NCE (Nota de Crédito de Exportação), para custeio de comercialização da safra 2009/10, sendo uma operação com prazo de 24 meses, e 12 meses de carência, e outras cinco com prazo de 1 mês. São garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A. A periodicidade das suas amortizações é mensal, com vencimentos entre os períodos de 18/04/2011 e 18/07/2011.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte composição:

	Controlad	ora	Consoli	dado
Anos de vencimento	2011	2010	2011	2010
2011	-	153.340	-	260.117
2012	235.065	34.420	384.735	50.833
2013	77.184	30.476	94.244	45.832
2014	74.482	27.456	88.344	39.697
2015	45.181	21.549	52.050	27.415
Após 2016	19.473	24.883	20.658	25.699
_	451,385	292.124	640.031	449.593

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$660 (R\$1.338 no consolidado), R\$602 em 31 de dezembro de 2010 (R\$694 consolidado), que referem-se a ações judiciais movidas por ex-funcionários, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A provisão para contingência está registrada na rubrica de provisões trabalhistas e previdenciárias no passivo circulante. A Companhia possui o valor de R\$2.188 (R\$2.598 no consolidado), referente a processos trabalhistas cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, conseqüentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada.

A Companhia identifica ainda a existência de processos ambientais cujo risco de perda, de acordo com sua assessoria jurídica, é possível para o valor de aproximadamente R\$8.131 (R\$8.447 no consolidado), para os quais não há provisão contabilizada. Estes processos referem-se a ações movidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pela Polícia Militar Ambiental, de Cassilândia – MS.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões:

Controladora

	Tributarias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	160	593	753
(-) Reversões		9	9
Saldo em 31 de dezembro de 2010	160	602	762
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	-	445	445
(-) Reversões		(387)	(387)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	160	660	820

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas-Continuação

Consolidado

	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	160	1.082	1.242
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	=	296	296
(-) Reversões	=	(684)	(684)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	160	694	854
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	-	1.030	1.030
(-) Reversões	=	(386)	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	160	1.338	1.498

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2009 provisão para contingência tributária no valor de R\$160 (controladora e consolidado), a título de honorários de sucumbência, referente a processo contra a união para declarar o direito de considerar o valor da BTNF ajustado segundo a variação do IPC ocorrida durante todo o ano de 1990, para efeito da correção monetária de suas demonstrações financeiras no período-base de 1990, cuja probabilidade de perda é provável segundo a assessoria jurídica. O valor do tributo possui depósito judicial.

A Companhia respeita e procura atender a todas as questões ambientais, legais ou não, e faz do respeito ao meio ambiente, colaboradores e demais partes interessadas um dos compromissos fundamentais do seu trabalho, combinando o emprego de técnicas agrícolas de vanguarda com a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade. Estas ações tomam proporções maiores que o mero cumprimento da legislação, reforçada através do processo atual de implantação de um Sistema de Gestão Integrado – SGI, balizado nas normas ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001:2007 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e NBR 16001:2004 (Gestão da Responsabilidade Social).

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados a seguinte natureza:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Controladora

		2011		2010		
	Imposto	Contribuição	,	Imposto	Contribuição	
Descrição	de renda	social	Total	de renda	social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Tributos da atividade não incentivada	138	-	138	138	-	138
Provisão ajuste estoque	200	72	272	916	330	1.246
Provisão para PPR	2.193	790	2.983	20	7	27
Provisão para perdas tributárias	500	180	680		-	
Operações com derivativos	16.817	6.054	22.871	12.644	4.552	17.196
Outras	635	228	863	400	144	544
Prejuízos fiscais e base negativa	13.200	4.950	18,150	29.517	10.732	40.249
.,	33.683	12.274	45.957	43.635	15.765	59.400
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade						
rural*	45.391	16.342	61.733	31.787	11.443	43.230
Ganho de barganha em aquisição de						
participação societária	5.539	1.994	7.533	5.539	1.994	7.533
Custo atribuído ativo imobilizado	28.823	10.376	39.199	31.449	11.322	42.771
Valor justo ativos biológicos	11.889	4.280	16.169	5.328	1.918	7.246
Capitalização de juros sobre						
empréstimos	898	324	1.222	696	250	946
Ganho de capital diferido	-	-	-	844	-	844
Operações com derivativos	2.639	949	3.588	12.546	4.517	17.063
	95.179	34.265	129.444	88.189	31.444	119.633
Total líquido	(61.496)	(21.991)	(83.487)	(44.554)	(15.679)	(60.233)
Classificado no passivo não						
circulante	(61.496)	(21.991)	(83.487)	(44.554)	(15.679)	(60.233)

Consolidado

	2011			2010			
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Ativos:							
Diferenças temporárias:							
Tributos da atividade não incentivada	138	-	138	138	-	138	
Provisão ajuste estoque	201	72	273	1.071	386	1.457	
Provisão para PPR	3.142	1.133	4.275	20	7	27	
Provisão para perdas tributárias	500	180	680	-	-	-	
Operações com derivativos	26.993	9.717	36.710	19.044	6.855	25.899	
Outras	3.359	376	3.735	450	162	612	
Prejuízos fiscais e base negativa	13.305	4.988	18.293	32.157	11.684	43.841	
· ·	47.638	16.466	64.104	52.880	19.094	71.974	
Passivos: Depreciação incentivada atividade rural* Ganho de barganha em aquisição de participação societária Custo atribuído ativo imobilizado Valor justo ativos biológicos Capitalização de juros sobre empréstimos Ganho de capital diferido Outras Operações com derivativos	72.161 5.647 279.618 20.376 1.406 478 2.639 382.325	25.845 2.033 101.517 7.335 507 - 172 949 138.358	98.006 7.680 381.135 27.711 1.913 650 3.588 520.683	57.567 5.647 281.432 10.947 901 844 81 13.807 371.226	20.575 2.033 102.246 3.941 324 - 29 4.971	78.142 7.680 383.678 14.888 1.225 844 110 18.778 505.345	
Total líquida							
Total líquido	(334.687)	(121.892)	(456.579)	(318.346)	(115.025)	(433.371)	
Classificado no ativo não circulante Classificado no passivo não	105	38	143	-	-	-	
circulante	(334.792)	(121.930)	(456.722)	(318.346)	(115.025)	(433.371)	

^{*} conforme legislação tributária empresas de atividade agrícola podem se beneficiar da depreciação acelerada incentivada de seus investimentos na atividade agrícola.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos de redução de imposto de renda de até 75% sobre o lucro da exploração das fazendas localizadas em regiões incentivadas.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
2011	-	47.449	-	51.234	
2012	33.615	11.951	49.054	20.740	
2013	12.342	=	15.050	-	
	45.957	59.400	64.104	71.974	

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Conciliação da alíquota efetiva da controladora:

	2011		2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	208.278	208.278	76.219	76.219
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente Ajustes para demonstração da taxa efetiva	(52.070)	(18.745)	(19.055)	(6.860)
Resultado de equivalência patrimonial	14.318	5.154	9.686	3.487
Adições permanentes	(1.933)	(696)	(816)	(293)
Outros	241	70	-	-
Valor registrado no resultado	(39.444)	(14.217)	(10.185)	(3.666)
Total dos impostos sobre a renda		(53.661)		(13.851)
Impostos diferidos		(52.656)		(12.528)
Impostos correntes		(1.005)		(1.323)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Conciliação da alíquota efetiva do consolidado:

•	2011		2010	
•	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de	241.179	241.179	83.892	83.892
25% e 9%, respectivamente	(60.295)	(21.706)	(20.973)	(7.550)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva			, ,	, ,
Exclusões permanentes	414	149	3.534	1.222
Adições permanentes	(2.113)	(761)	(1.209)	(435)
Incentivos fiscais de controladas	2.285	-	-	-
Outros	806	34	97	35
Valor registrado no resultado	(58.903)	(22.284)	(18.551)	(6.728)
Total dos impostos sobre a renda		(81.187)		(25.279)
Impostos diferidos		(62.206)		(18.218)
Impostos correntes		(18.981)		(7.061)

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo, no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	2010	2011	Variação
Ativo diferido	=	143	143
Passivo diferido	(433.371)	(456.722)	(23.351)
		· -	(23.208)
Valor justo dos instrumentos de hedge registrados no	patrimônio líquido		(28.066)
Lucros não realizados nos estoques			(385)
Operações de cobertura pré-pagamento registradas n	o patrimônio líquido		(10.547)
Impostos diferidos registrados no resultado do período	0	_	(62.206)

16. Títulos a pagar --Consolidado

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes a compra de terras, para seu uso e exploração. Estas aquisições normalmente são indexadas pela cotação da saca de soja na região em que o imóvel foi adquirido. Desta forma, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidades de sacas de soja, na data do balanço.

A seguir demonstramos a movimentação desta rubrica:

	Indexados em Dólar	Indexados em Sacas de Soja	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	3.744	93.096	96.840
Aquisições	=	62.619	62.619
Pagamentos	(1.295)	(65.695)	(66.990)
Variação monetária ou cambial	(50)	9.254	9.204
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.399	99.274	101.673
Aquisições	=	266.025	266.025
Pagamentos	(1.149)	(117.604)	(118.753)
Variação monetária ou cambial	101	(6.665)	(6.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.351	241.030	242.381
(-) Parcela classificada no circulante	(1.351)	(112.525)	(113.876)
Parcela classificada no não circulante	-	128.505	128,505

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Títulos a pagar --Consolidado --Continuação

Os pagamentos mínimos futuros de títulos a pagar, são assim resumidos:

	Consolidado
Pagamentos em até 1 ano	113.876
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	122.774
Pagamentos em mais de 5 anos	5.731
	242 381

Os compromissos, em sacas de soja, são a seguir representados:

	Consolidado
Pagamentos em até 1 ano	805.245
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	1.733.356
Pagamentos em mais de 5 anos	102.130
	2.640.731

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o Capital Social subscrito, no valor de R\$557.434 está representado por 98.897.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A seguir apresentamos como estão distribuídas as ações ordinárias nominativas entre os acionistas:

	Número o	le Ações
Acionista	2011	2010
SLC Participações S.A.	28.948.584	28.948.586
Evaux Participações S.A.	21.520.787	21.520.787
Administradores	5	5
Ações em Tesouraria	1.407.585	987.700
Outros	47.020.539	47.440.422
Total ações do capital integralizado	98.897.500	98.897.500
(-) Ações em Tesouraria	(1.407.585)	(987.700)
Total de ações – ex-tesouraria	97.489.915	97.909.800

b) Reserva de capital – ágio na emissão de ações

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio na venda de ações em tesouraria realizados em conexão com os planos de opções de ações, deduzidos dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10.

c) Ações em Tesouraria

A Companhia realizou aquisição de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior utilização no Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 22), conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de outubro de 2008.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ações em Tesouraria -- Continuação

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2011 é de R\$19.532 e está composto por 1.407.585 ações (R\$11.778, composto por 987.700 ações em 31 de dezembro de 2010).

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

e) Reserva para expansão

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do Capital Social.

Em 31 de dezembro de 2011, foi destinado o valor de R\$148.623 para Reserva de Expansão (em 31 de dezembro de 2010 R\$49.299).

f) Reserva de retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2011, refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do exercício de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 de Lei das Sociedades por Ações.

g) Dividendos

Em 27 de abril de 2011, através de Assembléia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$15.592, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, correspondendo a R\$0,15896471 para cada ação ordinária, tendo como base o número total de ações (98.897.500) subtraído do número total de ações em tesouraria (813.000), os quais foram pagos em 06 de maio de 2011.

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembléia Geral Ordinária a distribuição de dividendos, calculados conforme segue:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

g) <u>Dividendos</u>--Continuação

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	154.617	62.368
Apropriação da reserva legal	-	
Base de cálculo dos dividendos propostos	154.617	62.368
Dividendos propostos	38.654	15.592
% sobre a base	25%	25%

h) <u>Lucro por ação – básico e diluído</u>

Conforme requerido pelo CPC 41/ IAS 33, lucro por ação ("Earnings per Share"), demonstramos a seguir a reconciliação do lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	Controladora		
	2011	2010	
Numerador			
Lucro líquido do exercício	154.617	62.368	
Denominador			
Média ponderada do número de ações ordinárias	97.809.987	97.751.650	
Média ponderada do número de ações ordinárias			
considerando efeitos dilutivos	98.247.760	99.727.350	
Lucro básico por ação ordinária	1,58	0,64	
Lucro diluído por ação ordinária	1,57	0,63	

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(21.967)	(23.251)	(33.431)	(34.551)
Variação cambial	(13.419)	(14.433)	(17.438)	(18.061)
Variação monetária	(5.168)	(1.357)	(29.169)	(31.323)
Perdas com operações de derivativos	(33.594)	(46.325)	(35.689)	(47.706)
Outras	(1.658)	(1.009)	(3.638)	(1.746)
	(75.806)	(86.375)	(119.365)	(133.387)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	12.497	9.280	16.454	14.081
Variação cambial	20.860	16.124	24.498	19.264
Variação monetária	1.392	9.291	31.912	30.180
Ganhos com operações de derivativos	30.508	30.734	30.212	24.485
Outras	128	3.695	588	3.226
	65.385	69.124	103.664	91.236
Resultado financeiro	(10.421)	(17.251)	(15.701)	(42.151)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Compromissos

19.1 Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

		Controladora			
Produto	Data da entrega	Quantidade de produto	Contratos	Unidade	Preço unitário em US\$
Safra 2010/2011					
Algodão em Pluma	Jan-Mar/2012	27.079	33	ton	2.196,22
Soja	Jan-Jun/2012	83.333	01	SC	27,97
Caroço de Algodão	Jul-Dez/2012	18.274	11	ton	170,90
Milho	Jan-Ago/2012	24.177	03	sc	12,21
Safra 2011/2012					
Soja	Jan a Mar/2012	1.369.122	19	sc	24,81
Algodão em Pluma	Set/2012 a Abr/2013	32.102	14	ton	2.313,73
Algodão em Pluma	Set/2012 a Abr/2013	7.476	05	ton	A fixar

		Consolidado Quantidade			Preço unitário
Produto	Data da entrega	de produto	Contratos	Unidade	em US\$
Safra 2010/2011					
Algodão em Pluma	Jan-Mar/2012	48.356	33	ton	2.151,47
Soja	Jan-Jun/2012	108.333	2	sc	22,44
Caroço de Algodão	Jul-Dez/2012	24.371	18	ton	170,90
Milho	Jan-Ago/2012	92.585	6	sc	14,34
Safra 2011/2012					
Soja	Jan a Mar/2012	2.282.822	31	sc	24,39
Algodão em Pluma	Set/2012 a Abr/2013	57.325	25	ton	2.313,73
Algodão em Pluma	Set/2012 a Abr/2013	13.350	9	ton	A fixar

19.2 Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem contratados 84.468 hectares de arrendamento de terceiros, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Área arrendada (em ha)	Vencimentos dos contratos	Valores (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo do arrendamento
Pamplona	Cristalina-GO	3.942	2011 a 2013	5 a 12	Operacional
Planalto	Costa Rica-MS	1.654	2010*	12	Operacional
Planeste	Balsas-MA	10.860	2011 a 2023	3 a 8,9	Operacional
Panorama	Correntina-BA	12.138	2015	8,1	Operacional
Piratini	Jaborandi-BA	5.000	2021	1,7 **	Operacional
Palmares	Barreiras-BA	14.878	2015	9 a 10,1	Operacional
Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	7.456	2023	3 a 4	Operacional
Planorte	Sapezal-MT	367	2013	8	Operacional
Paiaguás	Diamantino-MT	2.360	2011 e 2020	8,5	Operacional
Pejuçara	Diamantino-MT	20.385	2020	8 a 8,5	Operacional
Parceiro	Formosa do Rio Preto-BA	5.428	2020	2 a 7	Operacional
Total	-	84.468			

^{*} renovação anual. A Companhia arrenda esta área desde o ano de 1999.

** A partir do ano-safra 2010/11 será efetuado pagamento referente a 2.861 hectares, o restante será a partir do ano-safra 2011/12.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

19. Compromissos--Continuação

19.2 Contratos de arrendamentos de terceiros--Continuação

Os compromissos futuros relacionados a esses contratos estão fixados em sacas de soja de acordo com o preço médio, na região de cada unidade, na data do seu respectivo pagamento.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratado o aluguel operacional de uma unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares, em Barreiras-BA, por R\$1.500 por ano, até o ano de 2015.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e aluguéis mercantis operacionais da Companhia, são assim resumidos:

	Controladora	Consolidado
Pagamentos em até 1 ano	10.723	15.996
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	41.536	67.506
Pagamentos em mais de 5 anos	13.512	35.427
Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	65.771	118.929

Cabe destacar que os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção. Por este motivo, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja.

Em relação aos contratos de arrendamento com terceiros informamos também: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo à 1.657ha, o qual tem renovação anual; (iii) nossos contratos são indexados à variação do preço da saca de soja, conforme divulgado acima, não existindo nenhuma outra cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeiram divulgação adicional.

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de commodities agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais Chicago Board of Trade - CBOT e Intercontinental Exchange Futures US - ICE. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros -- Continuação

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

a) Política de utilização, objetivos e estratégias

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais (EBITDA). A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Empresa. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, a monitoração da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com "Rating" de no mínimo "A" em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Mood's, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de commodities e juros de suas contrapartes, regularmente.

b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado

As operações de contratos a termo (NDF) e as operações de Trade Finance (PPE / NCE / ACC) são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de hedge ("hedge accounting"), em conformidade com o CPC 38. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

As operações financeiras de commodities, embora também sejam instrumentos de hedge, não estão registradas na forma de hedge accounting e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

c) Risco de câmbio

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda – NDF (Non Deliverable Forward) e Contratos de Opções.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio --Continuação

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o Business Plan, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do Business Plan e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra antecipada dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos irá executar os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

	Va	lor de referê (nocional)		Vo	lor Justo (M	ITAA\	Valor	na Curva (A	oorugl\
Descrição	Moeda	2011	2010	Moeda	2011	2010	Moeda	2011	2010
Com Vencimento em 2011									
Contratos a Termo (NDF):									
Posição Vendida									
Moeda Estrangeira	USD	-	155.355	R\$	-	41.296	R\$	-	42.081
Subtotal - Vencimentos em 2011	USD	-	155.355	R\$	-	41.296	R\$	-	42.081
Com Vencimento em 2012									
Contratos a Termo (NDF):									
Posição Vendida									
Moeda Estrangeira	USD	272.769	26.500	R\$	(31.259)	5.202	R\$	(27.198)	4.779
Subtotal - Vencimentos em 2012	USD	272.769	26.500	R\$	(31.259)	5.202	R\$	(27.198)	4.779
Com Vencimento em 2013									
Contratos a Termo (NDF):									
Posição Vendida									
Moeda Estrangeira	USD	25.209		R\$	(4.168)	-	R\$	(4.502)	-
Subtotal - Vencimentos em 2013	USD	25.209	-	R\$	(4.168)	-	R\$	(4.502)	-
TOTAL	USD	297.978	181.855	R\$	(35.427)	46.498	R\$	(31.700)	46.860

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio --Continuação

A seguir segue detalhamento da dívida em moeda estrangeira (dólar americano):

			Trade Finance						
		Toyo	Notional	Fair Value	Fair Value	Verienão			
Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	US\$	2010	2011	Variação Cambial ¹			
Itaú BBA	NCE	R\$ 1,6201	40.000	-	75.032	(12.112)			
Citibank	NCE	R\$ 1,5915	30.000	=	56.274	(9.084)			
Bradesco	PPE	R\$ 1,5713	25.000	-	46.895	(7.612)			
HSBC Bank	PPE	R\$ 1,8210	10.000	-	18.758	(548)			
Itaú BBA	ACC	R\$ 1,7625	8.000	-	15.006	(906)			
J.P. Morgan	ACC	R\$ 1,8120	8.000	-	15.006	(510)			
Itaú BBA	ACC	R\$ 1,8567	10.000	-	18.758	(191)			
Itaú BBA	ACC	R\$ 1,8567	1.500	-	2.814	(29)			
Itaú BBA	ACC	R\$ 1,8567	1.500	-	2.814	(29)			
Total		·	134.000	-	251.357	(31.021)			

¹ Valor diferido no patrimônio líquido (hedge accounting"), em contra partida a conta de ACC, NCE e PPE, no grupo de empréstimos e financiamentos.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

Vencimento	Moeda	Contratos a Termo (NDF)	Pré- Pagamento de Exportação (PPE)	Cédula de Crédito à Exportação (NCE)	Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	Total
Até 31/03/2012	USD	(4.581)	=	=	(1.665)	(6.246)
Até 30/06/2012	USD	(1.881)	-	-	· · · · · -	(1.881)
Até 30/09/2012	USD	(24.648)	=	=	=	(24.648)
Até 31/12/2012	USD	(135)	=	-	=	(135)
Até 31/03/2013	USD	(4.182)	-	-	-	(4.182)
Até 30/06/2014	USD	·	=	(9.084)	=	(9.084)
Até 31/12/2014	USD	-	(548)	-	-	(548)
Até 31/12/2015	USD	-	(7.612)	-	-	(7.612)
Até 31/03/2016	USD	=	· -	(12.112)	=	(12.112)
TOTAL	USD	(35.427)	(8.160)	(21.196)	(1.665)	(66.448)

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

	Va	lor de Referên	cia				
Descrição		(nocional)		Valor Justo			
	Moeda	2011	2010	Moeda	2011	2010	
Banco Itaú BBA S/A	USD	53.078	60.291	R\$	(8.391)	15.762	
Citibank S/A	USD	48.709	40.401	R\$	(4.340)	10.422	
Deutsche Bank Suiss S/A	USD	16.210	22.579	R\$	(3.175)	6.406	
HSBC Bank Brasil S/A	USD	51.267	22.165	R\$	(7.254)	4.711	
Banco Bradesco S/A	USD	51.773	16.960	R\$	(6.168)	4.031	
Votorantim S/A	USD	46.931	16.983	R\$	(750)	4.592	
Morgan Stanley S/A	USD	24.360	-	R\$	(4.188)	-	
Santander Brasil S/A	USD	5.650	2.476	R\$	(1.161)	574	
Total	USD	297.978	181.855	R\$	(35.427)	46.498	

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio --Continuação

Para determinação do valor justo das operações foram utilizados os seguintes critérios:

- Contratos a Termo (NDF) foi considerada a curva futura do dólar publicada pela BM&F (www.bmf.com.br) no fechamento de cada período. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros entre a Ptax de fechamento do período e a cotação futura no vencimento do derivativo publicado pela BM&F.
- Operações de Opções o valor justo das operações de opções é equivalente ao valor de mercado para reversão de tais operações confirmadas pelas instituições financeiras com as quais a Companhia contrata suas operações.

d) Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes (forward contracts). Além disso, também são utilizados contratos de futuros e opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de swaps e opções, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das commodities:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de preço --Continuação

Moeda 2011 2010 Moeda 2011 2010 Moeda 2011 2010 Moeda receber/ (pagor) pagar/ (pagor)		Valor de Referência (nocional)		Valor Justo			Efeito acumulado (período atual)			
Operações Financeiras Commodities – Algodão USD - 19.460 R\$ - (16.627) R\$ - Commodities – Soja USD - 40.072 R\$ - (9.302) R\$ - Subtotal – Vencimentos em 2011 USD - 59.532 R\$ - (25.929) R\$ - Commodities – Algodão USD - S3.474 - R\$ 10.481 - R\$ 10.521 (46.627) - Commodities – Soja USD R\$ R\$ R\$ R\$	Descrição	Moeda	2011	2010	Moeda	2011	2010	Moeda	receber/	
Commodities - Algodão					<u> </u>				-	
Commodities - Soja	. ,	HSD	_	19.460	Р¢	_	(16 627)	P¢	_	_
Subtotal – Vencimentos em 2011 USD - 59.532 R\$ - (25.929) R\$ - Com Vencimento em 2012 Operações Financeiras Commodities – Algodão USD 53.474 - R\$ 10.481 - R\$ 10.521 (46 Commodities – Soja USD - - R\$ - - R\$ -			_		•		,		_	_
Com Vencimento em 2012 Operações Financeiras USD 53.474 - R\$ 10.481 - R\$ 10.521 (46 Commodities - Soja USD - - R\$ - - R\$ -	•							•		
Operações Financeiras Commodities – Algodão USD 53.474 - R\$ 10.481 - R\$ 10.521 (46 Commodities – Soja USD - - R\$ - - R\$ - </th <th>Cubicial Venemientos em 2011</th> <th>OOD</th> <th></th> <th>00.002</th> <th>IΨ</th> <th></th> <th>(20.020)</th> <th>IΛΨ</th> <th></th> <th></th>	Cubicial Venemientos em 2011	OOD		00.002	IΨ		(20.020)	IΛΨ		
Commodities – Soja										
	Commodities – Algodão	USD	53.474	-	R\$	10.481	-	R\$	10.521	(46)
Subtotal – Vencimentos em 2012 USD 53.474 - R\$ 10.481 - R\$ 10.521 (46	Commodities - Soja	USD	-	-	R\$	-	-	R\$	-	` -
	Subtotal – Vencimentos em 2012	USD	53.474	-	R\$	10.481	-	R\$	10.521	(46)
Com Vencimento em 2013 Operações Financeiras										
Commodities - Algodão USD 5.803 - R\$ 880 - R\$ 880	Commodities – Algodão	USD	5.803	-	R\$	880	-	R\$	880	-
Commodities – Soja USD R\$ R\$ -		USD	-	-	R\$	-	-	R\$	-	-
Subtotal – Vencimentos em 2013 USD 5.803 - R\$ 880 - R\$ 880	Subtotal – Vencimentos em 2013	USD	5.803	_	R\$	880	-	R\$	880	_
Total geral USD 59.277 59.532 R\$ 11.361 (25.929) R\$ 11.401 (46	Total geral	USD	59.277	59.532	R\$	11.361	(25.929)	R\$	11.401	(46)

As operações com commodities agrícolas foram negociadas em ambiente de balcão com as seguintes contrapartes: Cargill Financial Service International Inc, Macquarie Group Limited, Goldman Sachs, Barclays Capital e J.P. Morgan. O valor justo dessas operações foi fornecido pela própria instituição.

e) Risco de juros

Uma parcela do endividamento da Companhia está vinculada a taxas de juros pós-fixadas. As taxas de juros pós-fixadas do nosso endividamento são a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), presente nas operações de financiamento do BNDES e a Libor (London Interbank Offered Rate), que é a taxa de juros utilizada em empréstimos internacionais.

Para proteção contra a variação destas taxas de juros, a Companhia realiza operações de hedge através de operações de swap de taxas de juros com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas, onde a Companhia fica com posição ativa na taxa de juros pós-fixada (TJLP ou Libor), e simultaneamente com posição passiva em uma taxa de juros préfixada. O valor do principal (nocional) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do hedge. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação da taxa de juros pós-fixada da dívida.

A seguir segue detalhamento da operação de swap de taxas de juros e dívida indexada à taxa Libor:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de juros--Continuação

				do Swap Contrato)		lo Swap TM)	Ajuste
Contraparte	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Resultado Financeiro
Santander	Swap de USD 34.667 (Ativo Libor 6 meses+2%aa. / Passivo 4,68%aa.)	Dívida de USD40.000 a juros de Líbor 6 meses + 2,8%aa.	65.760	66.448	65.165	67.825	(2.660)
Total			65.760	66.448	65.165	67.825	(2.660)

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

	Valor de Referência (notional)			Valor Justo registrado no Ativo			Valor Justo registrado no Passivo	
Descrição	Moeda	2011	2010	Moeda	2011	2010	2011	2010
Operações de Proteção Cambial								
Contratos NDF (Non Deliverable Forwards)	USD	297.978	181.855	R\$	4.816	46.498	40.243	-
Subtotal	USD	297.978	181.855	R\$	4.816	46.498	40.243	-
Operações de Proteção dos Produtos								
Algodão - Operações Financeiras	USD	59.276	19.460	R\$	11.361	286	-	16.913
Soja - Operações Financeiras	USD	-	40.072	R\$	-	8.430	-	17.732
Subtotal	USD	59.276	59.532	R\$	11.361	8.716	-	34.645
Operações de Proteção de Juros								
Swap Libor x Pré	USD	34.667	40.000	R\$	-	-	2.660	2.927
Subtotal	USD	34.667	40.000	R\$	-	-	2.660	2.927
Total	USD	391.921	281.387	R\$	16.177	55.214	42.903	37.572
(-) parcela classificada no circulante	=	•		R\$	(15.283)	(50.012)	(37.349)	(35.987)
Parcela não circulante				R\$	894	5.202	5.554	1.585

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

	Ga	nhos e Perd	Ganhos e I	Dandas			
		Alocad Receita B			do no Itado eiro em	registrad Patrimônio	as no
Descrição	Moeda	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Operações de Proteção Cambial Contratos NDF (Non Deliverable Forwards) Contratos Trade Finance Contratos de Opções	R\$ R\$ R\$	43.463	23.583	(2.580)	6.181 - 1.190	(35.443) (31.021)	44.728 - -
Sub-total	R\$	43.463	23.583	(2.580)	7.371	(66.464)	44.728
Operações de Proteção de Commodities Swap de Commodities Agrícolas Algodão Soja Café Swap de Fertilizantes Uréia Outros	R\$ R\$ R\$ R\$	- - - -	- - - -	(7.998) 6.161 - -	(14.940) (8.334) (863) 993 (3.093)	- - -	- - -
Sub-total	R\$	-	-	(1.837)	(26.237)	-	-
Operações de Proteção de Juros Swap Libor x Pré Sub-total	R\$ R\$		<u>-</u>	(1.059) (1.059)	(4.355) (4.355)		<u>-</u>
TOTAL	R\$	43.463	23.583	(5.476)	(23.221)	(66.464)	44.728

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros-Continuação

O efeito no resultado financeiro do exercício de operações de hedge cambial, commodities e juros foram de (R\$ 5.477).

f) Risco de crédito

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e de suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque estão sujeitos a taxas de juros variáveis, respectivamente.

h) Análise de sensibilidade

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio e dos preços de venda das commodities que produz e comercializa, as quais estão atreladas à cotação do dólar e dos preços da soja e do algodão no mercado internacional.

Elaboramos análise de sensibilidade para os instrumentos derivativos financeiros de acordo com a deliberação nº 550, de 17 de outubro de 2008, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial, variação nos preços das commodities e variação nos juros (CDI, TJLP, Libor).

Caso algum dos cenários projetados pela administração da Companhia venha a se realizar, tanto em situação de ganho ou de perda, os mesmos serão compensados em sua totalidade por efeito inverso apurado sobre a realização das receitas de vendas da Companhia.

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

h) Análise de sensibilidade -- Continuação

Riscos da variação da taxa de câmbio

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2012 e 2013, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 30 de Dezembro de 2011, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 1,7500.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 1,3125, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 0,8750, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,1875, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,6250, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado:

Descrição	Risco	Cenário Remoto Cotação R\$0,8750	Cenário Possível Cotação R\$1,3125	Cenário Provável Cotação R\$1,7500	Cenário Possível Cotação R\$2,1875	Cenário Remoto Cotação R\$2,6250
Exercício 2012						
Receitas de Vendas (objeto						
hedge)*	Variação do Dólar	(444.469)	(233.137)	(21.806)	189.526	400.858
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar	260.478	141.142	21.806	(97.531)	(216.867)
Subtotal	-	(183.991)	(91.995)	-	91.995	183.991
Exercício 2013		, ,				
Receitas de Vendas (objeto						
hedge)*	Variação do Dólar	(376.563)	(189.292)	(2.021)	185.250	372.521
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar	24.079	13.050	2.021	(9.008)	(20.037)
Subtotal	-	(352.484)	(176.242)	-	176.242	352.484
Endividamento em dólares		, ,	, ,			
Subtotal	Variação do Dólar	135.134	76.060	16.986	(42.088)	(101.161)
Total	-	(401.341)	(192.177)	16.986	226.149	435.314

Riscos da variação dos preços das commodities

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção dos preços das commodities em 4 cenários para o exercício 2012 e 2013, em dólares por libra (USD/libra) conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

h) Análise de sensibilidade -- Continuação

Descrição	Risco	Cenário Remoto - 50%	Cenário Possível - 25%	Cenário Atual (CBOT e ICE)	Cenário Possível + 25%	Cenário Remoto + 50%
Contratos						
CTH2 (Algodão - Março/12)	Variação do Preço	45,9	68,85	91,80	114,75	137,7
CTN2 (Algodão - Julho/12)	Variação do Preço	45,66	68,48	91,31	114,14	136,97
CTZ2 (Algodão - Dezembro/12)	Variação do Preço	43,92	65,88	87,84	109,80	131,76
CTH3 (Algodão - Março/13)	Variação do Preço	44,26	66,38	88,51	110,64	132,77

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado, em reais por libra (R\$/Libra):

Descrição	Risco	Cenário Remoto - 50%	Cenário Possível - 25%	Cenário Provável	Cenário Possível + 25%	Cenário Remoto + 50%
Exercício 2012						
Algodão - Operações Financeiras	Variação do Preço	(24.955)	(4.830)	14.305	20.320	25.268
Exercício 2013		(21.000)	(1.000)	11.000	20.020	20.200
Algodão - Operações Financeiras	Variação do Preço	(1.781)	501	1.703	1.703	1.703
Total	:	(26.736)	(4.329)	16.008	22.023	26.971

^{*} Os contratos atuais preveêm uma remuneração fixa mínima que é superior ao preço estimado no cenário remoto na data do balanço.

Riscos da variação das taxas de juros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas e nas aplicações financeiras da Companhia, com base na posição de 29 de dezembro de 2011, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 30 de dezembro de 2011 definimos os índices para o CDI e Câmbio, já para a taxa Libor consideramos a curva futura da BM&F de 29 de dezembro de 2011 e para a TJLP foi considerada a taxa válida na data de encerramento do exercício. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2011. A data base da carteira foi 29 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros-Continuação

h) Análise de sensibilidade --Continuação

	Taxa de Juros*	Saldo em 2011	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dívidas em Reais Taxa Pré-							
Fixada							
Crédito Rural	6,75%	122.229	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Fundos Constitucionais	6,75%	216.672	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	5,63%	35.356	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em Reais Taxa Pós-F	ixada						
BNDES	TJLP + 2,64%	12.492	(704)	(892)	(1.079)	(1.266)	(1.454)
Dívidas em Dólares							
NCE	Libor 6M + 2,48 a.a.(média)	132.475	(4.098)	(4.136)	(4.400)	(4.664)	(4.928)
PPE	Libor 6M + 2,87% a.a.	65.872	(2.338)	(2.255)	(2.383)	(2.511)	(2.638)
ACC	1.83%	54.464	NA	NA /	NA	NA	NA
BNDES	Cesta de Moedas + 2,73%	471	(21)	(26)	(30)	(34)	(39)
Swap Libor x Pré**	Ativo: Libor + 2%						
	Passivo: 4,68%	65.028	(917)	(791)	(666)	(540)	(415)
Aplicações Financeiras							
CDB e Debêntures	84,90% s/CDI	84.148	4.652	6.977	9.303	11.629	13.955

^{*} Taxas médias anuais

i) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da companhia, mantendo uma politica de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política economica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Contro	oladora	Consc	olidado
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	451.385	292.124	640.031	449.593
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	(78.523)	(93.119)	(130.463)	(110.219)
Dívida líquida	372.862	199.005	509.568	339.374
Patrimônio líquido Índice de alavancagem financeira	1.920.236 19,42%	1.874.993 10,61%	1.920.236 26,54%	1.874.993 18,10%

^{**} Valor de R\$65.028 refere-se a conversão de USD34.667 (valor do empréstimo cuja oscilação na taxa Libor está sendo coberta) pela cotação do dólar em 31 de dezembro de 2011 - R\$1,8758.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

21. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a sociedade e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido consolidado da Companhia, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculado a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido consolidado. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

Abaixo o valor provisionado no resultado do período.

Controladora		Consolidado		
2011	2010	2011	2010	
8.676	3.583	12.818	4.877	
8.676	3.583	12.818	4.877	
	2011 8.676	2011 2010 8.676 3.583	2011 2010 2011 8.676 3.583 12.818	

22. Plano de opções de ações

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (vesting) será de até 3 anos, com liberações de 20% a partir do primeiro aniversário, 40% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de outubro de 2007, 16 de dezembro de 2008, 11 de novembro de 2009, 10 novembro de 2010 e 09 de novembro de 2011, foram aprovados os Programas Anuais dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, com outorga de 640.000, 720.000, 488.000, 805.000 e 899.000 opções de compras de ações, respectivamente.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Plano de opções de ações--Continuação

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011e os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentadas como segue:

					Quantio	dade de ações
Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Saldo em 2010	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo em 2011
2007	R\$14,00	224.300	-	-	(153.100)	71.200
2008	R\$14,80	523.000	-	(32.000)	(25.000)	466.000
2009	R\$15,00	423.400	-	(25.200)	(13.600)	384.600
2010	R\$16,87	805.000	-	(20.000)	-	785.000
2011	R\$ 16,24	-	899.000	-	-	899.000
		1.975.700	899.000	(77.200)	(191.700)	2.605.800

					Quantio	dade de ações
Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Saldo em 2009	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo em 2010
2007	R\$14,00	564.000	-	(66.000)	(273.700)	224.300
2008	R\$14,80	700.000	-	(149.000)	(28.000)	523.000
2009	R\$15,00	488.000	-	(50.000)	(14.600)	423.400
2010	R\$16,87	-	805.000	` <u>-</u>	· · · · · ·	805.000
		1.752.000	805.000	(265.000)	(316.300)	1.975.700

O preço do exercício do Programa Anual de 2007 está fixado em R\$ 14,00 (quatorze reais) por ação, equivalentes ao preço de distribuição por ação fixada na oferta inicial pública de ações da Companhia.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2008 e 2009 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 19,97% e 7,98%, respectivamente.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2010 e 2011, também foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, porém sem desconto.

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de - 08/11/2012	7%	179.800
A partir de - 09/11/2012	13%	336.800
A partir de - 12/11/2012	54%	1.415.600
A partir de - 08/11/2013	61%	1.595.400
A partir de - 11/11/2013	79%	2.066.400
A partir de - 10/11/2014	100%	2.605.800

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das ações outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes. O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados a seguir.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Plano de opções de ações--Continuação

			Outorga		
	2007	2008	2009	2010	2011
Valor justo médio ponderado	R\$ 21,2528	R\$ 23,8985	R\$ 21,3870	R\$ 28,7330	R\$ 21,748
Prêmios	R\$ 7,2528	R\$ 9,0985	R\$ 6,3870	R\$ 11,8630	R\$ 5,5078
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Volatilidade do preço da ação	32,03%	76,05%	67,59%	60,40%	39,90%
Taxa de retorno Livre de Risco					
1º Vencimento	11,65%	13,70%	9,91%	11,40%	9,98%
2º Vencimento	11,65%	13,87%	11,41%	11,92%	10,16%
3º Vencimento	11,64%	14,01%	12,13%	11,88%	10,46%
Período esperado até o					
vencimento					
1º Vencimento	1.097	1.096	365	365	365
2º Vencimento	1.279	1.278	730	730	730
3º Vencimento	1.462	1.461	1.097	1.097	1.097
3º Vencimento Período esperado até o vencimento 1º Vencimento 2º Vencimento	11,65% 11,64% 1.097 1.279	13,87% 14,01% 1.096 1.278	11,41% 12,13% 365 730	11,92% 11,88% 365 730	10,16% 10,46% 365 730

Em atendimento ao CPC 10, tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções de ações em função do decurso do prazo do período de vesting, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$ 6.261 (despesa) em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.769 em 31 de dezembro de 2010).

23. Subvenção e assistência governamentais

a) Diferimento e Crédito Presumido de ICMS

A Companhia possui incentivos para diferimento de débitos de ICMS nas operações com soja, milho e caroço de algodão através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação). Para usufruir ao incentivo do diferimento a Companhia precisa fazer requerimento às Secretarias Estaduais, renunciar aos créditos de ICMS nas entradas a que teria direito e recolher ao estado do Mato do Grosso do Sul o Fundersul e ao estado do Mato Grosso o FETHAB.

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e de Goiás, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 50% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa PROALMAT (Mato Grosso) e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás).

Como exigências para participação nestes incentivos a Companhia deve encaminhar termo de opção as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito nas entradas, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher Facual e IMA/MT ao Estado do Mato Grosso, PDAgro ao Estado do Mato Grosso do Sul e Fialgo no Estado de Goiás.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Subvenção e assistência governamentais--Continuação

a) Diferimento e Crédito Presumido de ICMS--Continuação

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício, findo em 31 de dezembro de 2011, foram reconhecidos R\$3.560 de crédito presumido de ICMS na controladora e R\$5.370 no consolidado.

b) Incentivo de Redução de IRPJ

A Companhia possui incentivo nas controladas Fazendas Parnaíba e Planorte, localizadas no Estado do Maranhão e Mato Grosso, respectivamente, que gozam de incentivo fiscal de IRPJ concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. O incentivo consiste na redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis.

A Fazenda Planorte goza do incentivo até o limite de produção e comercialização de 13.478 toneladas de algodão em pluma e 18.533 toneladas de caroço de algodão por ano. A vigência do incentivo expira no ano de 2015. A Fazenda Parnaíba goza do incentivo até o limite de produção e comercialização de 5.528 toneladas de algodão em pluma e 8.292 toneladas de caroço de algodão por ano. A vigência do incentivo expira no ano de 2013.

Os valores apurados a título de incentivo de redução de IRPJ são contabilizados a débito na conta de IRPJ a Recolher, no passivo circulante, e a crédito na rubrica de impostos correntes, no resultado do exercício. O valor do incentivo de redução de IRPJ não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do incentivo é transferido da rubrica de resultado acumulado para a reserva de capital, no Patrimônio Líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

As controladas Fazendas Planorte e Parnaíba, no período findo em 31 de dezembro de 2011 tiveram ganhos com incentivo de redução de IRPJ nos valores de R\$1.572 e R\$714, respectivamente .

24. Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cobertura de seguros--Continuação

Apólice	Natureza	Vigência	Cobertura
			_
20301974	Veículos da SLC Agrícola	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20305460	Veículos da SLC Agrícola	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20304346	Veículos da SLC Agrícola	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20301820	Veículos da Fazenda Parnaíba	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20305792	Veículos da Fazenda Parnaíba	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20301825	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20305797	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20301813	Veículos da Fazenda Paiaguás	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20305466	Veículos da Fazenda Paiaguás	10/10/11 à 10/10/12	Contra terceiros - 100% FIPE
20.002589	Máquinas e Equipamentos	08/10/11 à 08/10/12	R\$ 197.924.318,08
03.30.32818	Benfeitorias - Fazendas	10/11/11 à 10/11/12	R\$ 20.000.000,00
03.18.0540752	Administração	10/11/11 à 10/11/12	R\$ 750.000,00
25.51.0018766.12	Responsabilidade Civil Geral	02/12/11 à 02/12/12	R\$ 1.000.000,00
20.000007	Estoques de Grãos e Algodão - inclusive a céu aberto	25/03/2011 à 24/03/12	R\$ 60.000.000,00

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Controladora

Consolidado

25. Receita líquida de vendas

	2011	2010	2011	2010
Receita operacional bruta	694.481	612.193	1.057.887	949.720
Venda de produtos	565.583	533.990	848.281	810.496
Variação do valor justo nos ativos biológicos	128.898	78.203	209.606	139.224
Deduções, impostos e contribuições	(37.384)	(44.402)	(52.247)	(61.007)
Receita operacional líquida	657.097	567.791	1.005.640	888.713

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consol	olidado	
	2011	2010	2011	2010	
Despesas por função					
Custo dos produtos vendidos	413.618	444.956	639.852	669.009	
Despesas com vendas	31.189	38.084	46.765	56.644	
Despesas gerais e administrativas	44.420	26.766	57.788	34.523	
Outras despesas operacionais	1.851	365	2.963	7.647	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	491.078	510.171	747.368	767.823	
Despesas por natureza					
Depreciação e amortização	45.513	53.592	68.995	78.297	
Despesas com pessoal	63.402	20.184	101.850	91.725	
Matéria prima e materiais	231.668	339.681	336.434	454.077	
Variação ativo biológico CPV	102.653	47.870	175.503	95.437	
Fretes	19.718	28.510	27.661	17.008	
Outras despesas	28.124	20.334	36.925	31.279	
<u> </u>	491.078	510.171	747.368	767.823	

Notas Explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informações por segmento

Em função de produzir unicamente grãos, para fins contábeis e gerenciais, a companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Embora a Companhia opere com diversos tipos de Grão, a Administração não controla e gerencia suas atividades como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Os ativos operacionais e a estrutura de pessoal são os mesmos para todos os produtos.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	2011	2010
Vendas brutas		
Mercado interno	335.689	359.989
Mercado externo	458.255	386.978
Ganhos com Ativos Biológicos	209.606	139.224
Outras	54.337	63.529
	1.057.887	949.720

As informações sobre as vendas brutas consolidadas por produto estão abaixo apresentadas:

	2011	2010
Vendas brutas consolidada:		
Algodão	427.218	390.714
Soja	228.569	204.580
Milho	72.544	89.698
Caroço de algodão	51.391	41.148
Café	11.465	13.915
Outras	57.094	70.441
Ativo biológico	209.606	139.224
	1.057.887	949.720

Não há clientes que individualmente representem mais que 6% das vendas no mercado interno ou externo.